

Governo federal confirma crédito de R\$15 bi para empresas do RS

Operações serão de até R\$ 400 mi

Governo detalhou ontem as linhas que serão abertas via BNDES para mitigar efeitos da enchente sobre a atividade econômica

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

Prometida na segunda-feira, durante a visita do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ao Estado, a abertura de crédito no valor de R\$ 15 bilhões, extensivo às grandes empresas afetadas pela enchente de maio, foi detalhada ontem. A medida, muito aguardada pelo setor produtivo, que vem alertando sobre as dificuldades que as companhias enfrentariam para quitar a folha e manter empregos diante da tragédia, veio acompanhada de outros anúncios do governo federal.

Os R\$ 15 bilhões sairão do Fundo Social, e os financiamentos serão operados pelo BNDES, com acompanhamento da equipe econômica e a participação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Diferentemente das demais alternativas emergenciais já existentes, esse crédito não estará limitado aos pequenos e médios negócios, ou seja, também poderá ser acessado pelas grandes empresas.

Serão três modalidades: uma destinada à compra de máquinas, equipamentos e serviços, outra voltada a financiar empreendimentos (e que, por isso, inclui o setor da construção civil) e uma terceira destinada a capital de giro emergencial.

Os limites por operação variam: R\$ 300 milhões para linhas de investimento produtivo, R\$ 50 milhões para capital de giro emergencial das pequenas e médias empresas e R\$ 400 milhões para capital de giro emergencial das grandes firmas.

Taxas

De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, as taxas serão as menores anunciadas até o momento, praticamente sem juro real. – Não há trava para quem pode acessar, mesmo pequenas e médias também podem acessar esta linha, mas em especial, e aqui é novidade, para que as médias e grandes empresas também possam usar um financiamento que tem uma taxa de juros sem precedente.

As demais medidas incluem ampliação do crédito rural e permissão para que cooperativas de crédito operem o Pronampe (leia mais ao lado).



Apresentação do pacote, liderada por Lula, ocorreu em Brasília

O que foi anunciado

1) LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA EMPRESAS

Os recursos sairão do Fundo Social, no montante de até R\$ 15 bilhões, e terão como público-alvo empresas em geral, incluindo grandes companhias. As modalidades são:

Compra de máquinas, equipamentos e serviços
Taxas: 1% ao ano + spread bancário.

Prazos: até 60 meses com carência de 12 meses.

Limite por operação: R\$ 300 milhões.

Financiamento a empreendimentos (incluindo obras de construção civil)
Taxas: 1% ao ano + spread bancário.

Prazos: até 120 meses com carência de 24 meses.

Limite por operação: R\$ 300 milhões.

Capital de giro emergencial
Taxas: 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e 6% ao ano para grandes empresas + spread bancário.

Prazos: até 60 meses com carência de 12 meses.

Limite por operação: R\$ 50 milhões para MPME e R\$ 400 milhões para grandes empresas.

2) COOPERATIVAS NO PRONAMPE

Inclui as cooperativas de crédito como operadoras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Objetivo: ampliar capilaridade e acesso ao crédito nas linhas disponibilizadas para MPMEs.

3) AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO RURAL

Autorização para aporte adicional de R\$ 600 milhões no Fundo de Garantia e Operações (FGO) para segurança de operações de crédito rural para pequenos e médios agricultores.

Objetivo: prover garantias e viabilizar o acesso ao crédito aos produtores que não possuem condições de regular suas operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

4) LINHA DE CRÉDITO VIA FINEP

Ministério da Ciência e Tecnologia vai abrir linha de crédito por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Serão disponibilizados até R\$ 1,5 bilhão, com cobrança da Taxa Referencial (TR) + 5%, via operadores, como cooperativas de crédito, Baniusl e BRDE.

São elegíveis empresas inovadoras que receberam financiamento da Embraer, do BNDES, via Lei do Bem ou pela Finep nos últimos 10 anos.

50% dos recursos irão para micro, pequenas e médias empresas.

Os editais serão para reparos de equipamentos, para centros de pesquisa (R\$ 50 milhões) e reparos de equipamentos para pesquisadores (R\$ 15 milhões).

Entidades têm dúvidas a respeito da taxa de juro

O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS), Claudio Teitelbaum, alerta que há dúvidas sobre como deverá funcionar o cálculo do spread bancário (diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele paga ao captar dinheiro). O aspecto foi pouco detalhado durante a apresentação do pacote ontem.

– Volto a dizer que a construção civil é a mola propulsora, com outros setores da indústria, mas com alta empregabilidade e geração de impostos. Temos participação relevante na economia e precisamos ver como essas medidas acontecerão e se os valores anunciados serão operados na prática – comentou Teitelbaum.

O presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, também cobra mais esclarecimentos. – A gente sabe que o spread tem de cobrir os riscos da operação, e parte dessas empresas normalmente oferecia como garantia a própria estrutura do prédio, o terreno, os estoques. Muitas dessas empresas perderam os estoques e têm terreno agora que se desvalorizou absurdamente – observou Sousa Costa.

– Imagina essas empresas que estão na (Região) Metropolitana e nunca tinham sido vítimas de uma enchente dessa natureza e agora foram. Qual é o valor desses terrenos para essas empresas para serem oferecidos como garantia? – completou.

Insuficiente

O presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiers), Gilberto Petry, considera as medidas importantes, mas insuficientes devido ao tamanho das dificuldades enfrentadas pelas empresas. Para Petry, dada a situação crítica do setor produtivo, o ideal seriam recursos a juro zero ou negativo.

Por outro lado, ele reconhece que as taxas anunciadas, de 1% ao ano para a compra de máquinas e equipamentos e para o financiamento de empreendimentos, assim como 4% ao ano para capital de giro de pequenas e médias empresas e 6% para grandes empresas, são taxas abaixo das praticadas no mercado. Pondera, no entanto, que é preciso celeridade para chegarem até os agentes financeiros.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Crédito para empresas do RS **Página:** 7